



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: 0006035-34.2017.8.26.0566
 Classe - Assunto: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita
 Documento de Origem: IP, BO - 134/2017 - 1º Distrito Policial de São Carlos, 1148/2017 - 1º Distrito Policial de São Carlos
 Autor: Justiça Pública
 Réu: LUIZ OLAVO BRAGA DE OLIVEIRA RIBEIRO

Justiça Gratuita

Aos 10 de abril de 2018, às 15:30h, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. **EDUARDO CEBRIAN ARAÚJO REIS**, comigo Escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução, debates e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, verificou-se o comparecimento do Dr. Luiz Carlos Santos Oliveira, Promotor de Justiça, bem como do réu **LUIZ OLAVO BRAGA DE OLIVEIRA RIBEIRO**, acompanhado de seu defensor, Dr. Arlindo Basílio, OAB 82826. Iniciados os trabalhos foram inquiridas a vítima Maria Lúcia Clapis Facundo e a testemunha de acusação João Carlos Facundo, sendo o réu interrogado ao final. A colheita de toda a prova (depoimentos da vítima e da testemunha, bem como interrogatório do acusado) foi feita através de gravação em arquivo multimídia no sistema SAJ e nos termos dos Provimentos nº 866/04 do Conselho Superior da Magistratura e 23/04 da Corregedoria Geral de Justiça, com as alterações previstas na Lei nº 11419/06, sendo impressas as qualificações de todos em separado e anexadas na sequência. Estando encerrada a instrução o MM. Juiz determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra ao DR. PROMOTOR:** MM. Juiz: O réu foi denunciado como incurso no artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal, uma vez que aproveitando-se da condição de advogado apropriou-se da quantia aproximada de dezesseis mil reais a qual tinha levantado aproveitando-se da condição de procurador das vítimas, sem repassar a importância a estas. A ação penal é procedente. Os documentos encartados nos autos mostram que em maio de 2010 o réu de fato levantou a importância em dinheiro e pelo depoimento das vítimas ele não repassou esta importância a elas. Aliás, no último contato um ano após ter levantado o dinheiro, o réu disse apenas que o processo estava em grau de recurso nos tribunais superiores; sete anos após a liberação, por diligência das vítimas, que foram até o Fórum local elas descobriram que o levantamento já tinha ocorrido há sete anos. Conforme elas disseram em audiência, até agora, passados oito anos do levantamento, não houve repasse da quantia. Assim, a confissão do réu encontra-se em harmonia com a prova oral das vítimas e documentos encartados nos autos. O dolo é manifesto diante do levantamento e da falta de repasse às vítimas. Assim, ficou bem demonstrado o crime capitulado na peça acusatória. Isto posto, requeiro a condenação do réu nos termos da denúncia. O réu é tecnicamente primário, de modo que o MP não se opõe a que a pena privativa de liberdade seja substituída por pena restritiva de direitos, sendo que em caso de conversão o regime deve ser o aberto. No caso, entende o MP que a espécie de pena restritiva de direito mais adequada e suficiente, como indica a diretriz do artigo 44 do CP, deve ser a prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo da pena privativa de liberdade, isto porque um ano após levantar o valor o réu procurou enganar as vítimas; passados oito anos desse levantamento as vítimas nada recuperaram; a apropriação desta ação penal ocorreu em maio de 2010, sendo que em agosto e novembro de 2011, ao que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

consta dos autos, o réu tornou a praticar novas apropriações indébitas, evidentemente contra outras vítimas, de modo que todo este quadro de circunstâncias do crime e personalidade do réu, embora seja possível a substituição, o MP entende que a espécie mais adequada e suficiente para a reprovação é a de prestação de serviços à comunidade, não podendo se cogitar de simples prestação pecuniária, não só pelas circunstâncias já indicadas, como também porque a prestação pecuniária mostrar-se-ia inviável de ser cumprida, haja vista a falta de empenho do réu de ressarcir o próprio prejuízo financeiro das próprias vítimas. **Dada a palavra À DEFESA: MM. Juiz:** A autoria do fato em confessada pelo réu, e por conseguinte consubstanciando-se no crime descrito na denúncia. Não obstante as justificativas apresentadas pelo réu é incontestes a espontaneidade de sua confissão. Assim, embora assiste razão ao titular da ação penal, a Defesa requer seja reconhecido em favor do denunciado a circunstância atenuante descrita no artigo 65, inciso II, letra b do CP, qual seja, a confissão espontânea. De fato, trata-se de réu primário, ainda que tecnicamente, e por conseguinte pode receber o benefício descrito no artigo 44 do CP, o que se requer, promovendo-se a eventual reprimenda a ser imposta, a privativa de liberdade, em prestação de serviços à comunidade. É o que se requer. Em seguida, pelo MM. Juiz foi dito que passava a proferir a seguinte sentença: **VISTOS. LUIZ OLAVO BRAGA DE OLIVEIRA RIBEIRO**, RG 71.198.534, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso nas penas do artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal, porque no dia 26 de maio de 2010, nesta cidade e comarca, mais precisamente na agência 6509 do Banco do Brasil S/A, em razão de profissão, na qualidade de advogado, veio a apropriar-se do montante de R\$ 16.248,88 em dinheiro, coisa de que tinha detenção, pertencentes Maria Lucia Clapis Facundo. Segundo apurado, a vítima veio a contratar os serviços do denunciado, a fim de que ajuizasse “ação de cobrança” em face do Banco do Brasil S/A, processo autuado sob o nº 0006131-06.2004.8.26.0566, cujo feito correu perante a Vara do Juizado Especial Cível desta cidade e comarca. De conseguinte, acabaram acolhidas as pretensões da vítima, determinando-se na sentença de mérito que a parte contrária pagasse a requerente a importância de R\$ 15.935,48. Todavia, na data dos fatos, valendo-se dos poderes a ele conferidos, o réu acabou por levantar referido valor atualizado e corrigido (R\$ 16.248,88), com esteio em guia expedida pelo Poder Judiciário, e, sem justificativa alguma, apropriou-se dele integralmente e indevidamente, sem sequer comunicar à vítima que teria realizado o saque do referido dinheiro. Diante da situação, somente no ano de 2017 a vítima resolveu se dirigir até o fórum cível desta cidade e solicitar a certidão de objeto e pé da referida ação, ao que tomou conhecimento de que, no ano de 2010, Luiz Olavo teria feito levantamento do valor acima referido através de guia judicial. Ouvido formalmente, o denunciado confessou que se apropriou do dinheiro de Maria Lúcia. Por fim, o dolo do denunciado é manifesto (animus rem sibi habendi), pois, além de se apropriar do numerário pertencente à vítima, sequer se dignou a lhe dar explicações acerca do ocorrido, mesmo depois de passados sete anos desde o levantamento indevido. Recebida a denúncia (pag. 56), o réu não foi citado pessoalmente (pag. 182), tendo sido citado por edital (fls. 88/91). O processo ficou suspenso nos termos do artigo 366 do CPP, ocasião em que foi decretada a prisão preventiva (fls. 100/101). O réu constituiu defensor, dando-se por citado (fls. 106/107), oferecendo Defesa Prévia (pags. 119/130). O réu foi preso (fls. 140/141) e verificando que se apresentou espontaneamente, foi revogada a sua prisão preventiva, sendo determinada a expedição de alvará de soltura (fls. 146). Posteriormente, o réu foi citado pessoalmente (fls. 162), tendo sido revogada a suspensão do processo (fls. 164). Sem motivos para a absolvição sumária designou-se audiência de instrução e julgamento realizada nesta data, quando foram ouvidas uma vítima e uma testemunha de acusação e o réu foi interrogado. Nos debates o Dr. Promotor opinou pela condenação nos termos da denúncia e a Defesa requereu na hipótese de procedência da ação a concessão dos benefícios legais. **É o relatório. DECIDO.** A ação penal é procedente. A materialidade está demonstrada pelos documentos encartados a fls. 3, 6, 8 e 44, assim como pela prova oral produzida. A autoria também é certa. Interrogado na presente solenidade o réu admitiu a prática da infração penal que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

1ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-648 - SP

Ihe é atribuída, mencionando que em decorrência de dificuldades financeiras levantou o valor que seria destinado à vítima e apropriou-se do mesmo sendo incapaz de até a presente data de promover o ressarcimento. A confissão harmoniza-se com os elementos amealhados no contraditório. A vítima Maria Lúcia Clapis Facundo e a testemunha João Carlos Facundo confirmaram que o denunciado foi contratado na condição de advogado para promover ação judicial em face do Banco do Brasil junto ao Juizado Especial Cível desta comarca. Durante a tramitação da ação, era possível o contato com o acusado. Posteriormente, entretanto, o contato restou inviabilizado, vindo os constituintes após muito tempo, tomar conhecimento de que a quantia decorrente da ação judicial havia sido depositada nos autos pela instituição financeira sucumbente e levantada pelo advogado, ora acusado, que não promoveu o devido repasse e tampouco o fez até o presente momento, anos depois. Nesse aspecto, os documentos de fls. 6, 8 e 44 demonstram o efetivo levantamento pelo réu do valor depositado em favor da vítima em razão de ação judicial cuja representação processual era exercida pelo denunciado. É o que basta para a condenação. Deve incidir à hipótese a causa de aumento de pena descrita no inciso III do § 1º do artigo 168 do CP, uma vez que conforme demonstrado o delito foi praticado em razão de profissão haja vista a atuação do réu como advogado da vítima. **Passo a dosar a pena.** Ausentes circunstâncias judiciais desfavoráveis, fixo a pena-base no mínimo legal em um ano de reclusão e no pagamento de dez dias-multa, no valor mínimo. Por força da causa de aumento já reconhecida, elevo a reprimenda em um terço, o que resulta em um ano e quatro meses de reclusão e treze dias multa, no valor mínimo. Torno-a definitiva, pois não há outras circunstâncias que ensejem a exasperação ou abrandamento. Presentes os requisitos do artigo 44 do Código Penal, delibero substituir a pena restritiva de liberdade por duas penas restritivas de direito, sendo uma de prestação de serviços à comunidade e outra de multa (dez dias-multa), que será somada com a outra. **CONDENO**, pois, **LUIZ OLAVO BRAGA DE OLIVEIRA RIBEIRO**, à pena de **um ano e quatro meses de reclusão e treze dias-multa, no valor mínimo, substituída a restritiva de liberdade por duas restritivas de direito, sendo uma de prestação de serviços à comunidade, pelo mesmo tempo, e a outra de dez dias-multa, no valor mínimo**, por ter transgredido **o artigo 168, § 1º, inciso III, do Código Penal**. Em caso de reconversão à pena primitiva, o **regime será o aberto**. Deixo de responsabilizá-lo pelo pagamento da taxa judiciária por ser beneficiário da justiça gratuita. Dá-se a presente por publicada na audiência de hoje, saindo intimados os interessados presentes. Eu, Cassia Maria Mozaner Romano, digitei.

MM. Juiz(assinatura digital):

Promotor(a):

Defensor(a):

Ré(u):